

TODA VEZ QUE MINTO CONSTROEM VERDADES¹ sobre corpos e poderes

*Nilton MILANEZ**

Cada sociedade orienta o espelhamento e o reflexo do seu corpo de acordo com a moralidade de seu tempo. Certamente, nos dias de hoje, pós-*virada do século XX*, a prática médica parece apontar o caminho da verdade e da vida, uma fé resignada que alude a construção de que os sujeitos são responsáveis pela modificação, diria ainda, reinvenção de seus corpos. Participamos, assim, de uma biopolítica do corpo, que acena com procedimentos de verdade, procurando firmar a humanidade de carne e ossos, que não se constituem somente por suas células e tecidos, mas pela história na qual se inserem e produzem. Para tanto, discutirei neste trabalho três eixos que se interpenetram: o das relações entre corpo e poder, suas extensões no interior de práticas laboratoriais e científicas para, assim, esboçar construção de verdades e saberes dada a ver pela mídia, que são tomados e aceitos, não sem resistência, como preenchimentos de nossas identidades incompletas e insatisfeitas. Tal quadro poderá ser visualizado a partir de um recorte bastante específico de um exemplar da revista *Superinteressante*, a partir de uma reportagem sobre o uso de animais em laboratório, fazendo-me questionar a relação de poder que o homem exerce no

¹ Verso do poema “Viva!”, de Túlio Henrique Pereira, disponível em www.recantodasletras.uol.com.br, acessado em 11/07/07

* Doutor em Linguística/Análise do Discurso no Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Coordenador responsável pelo GRUDIOCORPO – Grupo de Estudos sobre o Discurso e o Corpo. Email: niltonmilanez@hotmail.com

interior de corpos de cobaias, remetendo diretamente a nós mesmos: sujeitos que vivem histórias fictícias, porque simbólicas, que carregam verdades construídas historicamente. Assim, tomarei como base para essas discussões os estudos de Michel Foucault, perseguindo a metodologia da Análise do Discurso que toma os postulados foucaultianos como fonte principal para uma arqueologia dos estudos discursivos na atualidade brasileira.

1. Corpo e poder médico

No início dos anos 60, as questões de linguagem e estrutura que envolvem os problemas do corpo e do poder começam a mudar seu caráter teórico, cujo despertar, no auge de maio de 68, desafia as estruturas tradicionais do autoritarismo - que quer encarcerar os corpos -, soltando as amarras para a expressão das individualidades sob o *slogan changer la vie*, desejos e lutas pelos direitos das minorias. Com a mudança, vem o grito “*Our bodies belong to us!*” tanto das mulheres protestando contra as leis anti-aborto na França, quanto dos ativistas dos Gay Rights. O lingüista e historiador Jean-Jacques Courtine² assim explica:

Isso indica o que era naquele tempo o lado político do problema do corpo como tópico acadêmico: discurso e estruturas tinham estabelecido aliança com o poder, enquanto o corpo estava lado a lado com as categorias oprimidas e marginalizadas da sociedade. A linguagem

² Em “The body”, texto assimilado à *Columbia University Press Encyclopedia of XXth C. French Thought*, New York, Columbia UP, 2003, Jean-Jacques Courtine discutirá as posições históricas em torno do corpo e os autores que provocaram as mudanças nesse campo passando por Descartes, Darwin, Merleau Ponty, Freud, Husserl, Marcel Mauss, Nietzsche, Deleuze e Guatarri, Foucault, Norbert Elias, Bourdieu, a fim de evidenciar as formas de uma genealogia do indivíduo moderno como sujeito.

era um instrumento de dominação sobre os corpos sem discurso: mulheres, loucos, crianças, colonizados, minorias de raça, classe, gênero não tinham nada exceto seus corpos para opor ao discurso do poder (COURTINE, 2003).

Diante dessas lutas pela busca de direito e afirmação de individualidades, a pesquisa deslanchou a história individual, racial, sexual, do corpo como gênero, tomando os gestos, modos, sensibilidades e intimidades como objetos históricos, marcando os anos 80. Os trabalhos de Foucault (1975, 1993) influenciaram consideravelmente a conceitualização do corpo contemporâneo, entendido como a forma de os indivíduos se colocarem diante do exercício do poder sobre seus corpos, no uso de seus prazeres e no controle de suas paixões³.

As visões que temos, entretanto, de nosso corpo, hoje, estão submersas também nas imagens e memórias que a medicina nos propõe como corpo. Uma cartografia invisível que tende a tornar-se cada vez mais invisível quanto maior é o poder que se atribui à medicina em relação ao corpo. Vemos, assim, nosso corpo por meio do distanciamento vivido como paciente, em suas biotecnologias internas para o corpo – ecografias, *scanners*,

³ Jean-Jacques Courtine comentará, assim, o trabalho de Foucault: “These themes were given their just due and most fruitful expression in Michel Foucault’s work. In *Discipline and Punish*, the book that ennobled the body as an academic topic, Foucault showed how, through the generalization of imprisonment and the invention of disciplines, the body had become the main target of a political technology, a ‘micro-physics of power’. “But the body is also directly involved in a political field; power relations have an immediate hold upon it; they invest it, mark it, train it, torture it, force it to carry out tasks, to perform ceremonies, to emit signs” (*Discipline and Punish*, New York, Vintage Books, 1979 [1975], p. 25).” Cf. “The body”.

imagens por ressonância magnética -, uma forma de desposseção corporal, visto de todos os lados, camadas e interiores: um controle dos órgãos mais íntimos até a constituição de nossos genes. Uma visão do corpo humano, certamente cartesiana, que orienta o pesquisador na ciência médica e sua prática (DE OLIVEIRA & NIKODIMOV, 2004, p.85). Antes conhecer o discurso que produz tal prática, discutindo-o. Buscar, portanto, refletir, sobre a produção desse tipo de saber é minha ambição embriagada: esboçar de que maneira pode-se intervir sobre os olhares que uma comunidade política lança sobre o corpo, manipulando-o e utilizando-o. E que essa visão do corpo proponha uma legitimidade e faça valer uma reivindicação sobre o corpo, seja o seu próprio ou o dos outros.

Certamente, estamos vivendo a partir de posições como sujeitos medicalmente orientados, fisicamente afinados, esvaziados de gordura, enchidos de músculos, de uma vida tida como saudável e dedicada à força do controle bio-social e do poder do bisturi: verdades culturais. Resistências, de todos os lados. Mas, agora, que formas adotariamos para “resistir”? *I am What I am*. Afirmação que nos faz examinar, atualmente, os sentidos e implicações nas decisões relativas ao corpo, à vida, à saúde, à morte, e também a difusão das informações sobre o corpo. Portanto, quando discursivamente lemos por todos os lados os enunciados que dizem “esse é o meu corpo”, ouvimos estabelecer-se entre nós e o outro ao mesmo tempo uma livre disposição e defesa do corpo. Ao se pronunciar “esse é o meu corpo”, ouvimos um discurso que se constitui em torno do “não me toque”, “não me violente”. Nesse caso, parece se configurar uma função humanitária, isto é, de proteção, segundo os sentidos que esse termo adquiriu no meio do século XX (DE OLIVEIRA & NIKODIMOV, 2004, p.14). Isso nos levará ao questionamento do pertencimento do corpo humano e suas interrogações no campo da ética e do

jurídico, suscitado pelas biotecnologias. Nesse domínio, o corpo considerado é aquele da espécie, o corpo vivo, sobre os quais se fundam os processos biológicos. A intervenção do poder sobre o corpo se apresenta sob forma de higienização urbana e instauração estatística que dão uma imagem da população. Foucault nos falará desse controle por meio da vigilância dos corpos nas escolas, nas casernas e prisões, momento em que criará no final dos anos 70 a expressão “biopoder” para designar essa relação entre o poder e a vida, no seu limite da modernidade biológica.

Fica evidente, nesse contexto, que o indivíduo não é verdadeiramente “dono do seu nariz”. O Estado intervém nas questões corporais por intermédio do papel que atribuiu ao médico e que é tomado por nós como “salvador da pátria”, nas questões de vida e de morte, um soberano que permitimos, parece-me, determinar nossas condutas para viver. Ao médico caberá a responsabilidade para julgar as matérias de saúde. O Estado inventa novos modos de governo das condutas pela palavra. Mas, vale a pena lembrar que tais relações colocam em jogo uma pluralidade de normas e de pontos de vista enunciados por instâncias diversas: indivíduo, casal, família, médico, pesquisador, instituição de saúde, de pesquisa e, também, o Estado, a quem cabe legislar e promulgar os jogos e os lugares dessa bioética e os lugares onde se elaboram e se discutem essas leis.

Um *work in progress* sobre a vida cotidiana: de um lado, o Estado, de outro, o indivíduo. Mas essa posição não é de oposição nem exclusiva, ela se estende nas relações entre médico e paciente, professor e aluno, leitor e mídia, passando pelas relações íntimas e interindividuais. Certamente, não há uma resposta, nesse momento, à pergunta “a quem pertence o corpo humano?”, o que poderia se dar, efetivamente, sob uma possibilidade bastante fraca. Nos dias de hoje, de qualquer forma, o direito parece nos dizer

legitimamente o que é o corpo. Entretanto, o corpo se constitui em termos de subversão das significações que lhe são próprias e que produzem normas que movimentam as relações de poder. A mim, inquieta-me, ao lado das interrogações que marcam o corpo que queremos como nosso e que chamamos de corpo humano, antes de mais nada, as relações e idiossincrasias que determinam os padrões, normas e regulamentos do que é considerado humano. Que humanidade seria essa nossa? Pensamentos ao vento...

A noção que temos de nosso corpo e de seu pertencimento parece se determinar por suas marcas, suas rugas, cicatrizes, impressões digitais, cor dos olhos, que revelam uma história singular e, também, própria de nossa identidade. Posto isto para nós mesmos, consideramo-nos singulares de outros corpos, únicos, porém, paradoxalmente, trancados em nós mesmos, não sendo livres para mudar o que acreditamos, que é aquilo que mais nos pertence? Por outro lado, o progresso da medicina nos oferece possibilidades múltiplas de transformações do corpo, da substituição de órgãos internos à mudança de sexo, da criação de partes artificiais do corpo ao caminho para a clonagem. Contraditoriamente, esses avanços tecnológicos pela busca de um corpo único, nos remetem a um mundo frankensteiniano, fato mesmo que não impede que se busque uma reconstrução permanente de nosso invólucro corporal. Para onde foi, então, nosso sentimento de identidade e nossa convicção de ser um indivíduo único e insubstituível?

2. A dilaceração do corpo

Familiarizados, hoje em dia, portanto, com as práticas médicas e suas imagens, não nos é incomum o fato que se liga o ato de ver o interior do corpo e de reconhecer o seu funcionamento interno. E, historicamente, o corpo tem

dessa maneira se apresentado, por vezes, abrindo cadáveres humanos, por outras, utilizando-se de animais. Em ambos os casos deparamo-nos com relações de poder imbricadas à produção de saber, determinando identidades historicamente orientadas. Assim, problematiza-se o humano do homem e do animal, segregando-os e hierarquizando-os, tomando os corpos como objeto do discurso nas suas relações de poder na história.

Voltando-nos à Antigüidade, encontraremos Hipócrates que destaca o fato de que observar o corpo é se dar os meios de conhecê-lo. A abertura do corpo se tornará um verdadeiro espetáculo público na Renascença. O médico, nesse contexto, estará próximo das imagens suscitada por um barbeiro, cirurgião e até mesmo de um carrasco, profissões que transgridem o tabu do que concerne à integridade e à violação da intimidade do corpo humano.

Os precursores dessas práticas e discussões foram, primeiramente Herófilo, médico que vivia em Alexandria por volta dos anos 300 a.C., conhecido por praticar a dissecação em corpos de criminosos. No entanto, Vésale é quem, em 1537, será reconhecido como fundador de uma visão do corpo humano próprio a um método ocidental: ousou dissecar corpos humanos no lugar de animais, censurando essa prática, porém, dando o corpo a ver num espetáculo sem pudor e, brutalmente, obrigando seus contemporâneos a se interrogar a respeito da visão de seus próprios corpos.

Com a dissecação anatômica, criou-se uma visão parcelada do corpo humano, impondo o que se chamará de uma idéia de “corpo integrado”, por caracterizar-se pelo funcionamento e regulação graças à combinação de uma multiplicidade de fatores. Nesses abusos da imagem de um corpo médico, desvela-se a apropriação do corpo por muitos meios possíveis, cuja tendência fomenta o debate de outras posições minoritárias, porém não menos defendidas por

certos membros das profissões médicas, como do uso de animais em laboratórios. Entretanto, de súbito, podemos citar a impossibilidade de um animal em firmar o pertencimento ao seu corpo, cuja apropriação serve a experimentações com a finalidade de desenvolver pesquisas médicas:

O fato de que o camundongo, o rato e o macaco não estejam em medida de tomar a palavra para reivindicar o direito de dispor livremente de seus corpos e se encontrarem na incapacidade de se revoltar contra as experimentações praticadas sobre seus corpos no interior dos laboratórios de pesquisa médica pode nos confortar em nossa tendência a considerar que é legítima a nossa apropriação de seus corpos com fins de pesquisas médicas. É, portanto, somente na boca do animal dotado de razão que se coloca essa expressão. É, no entanto, absurdo excluir os animais do debate relativo à propriedade do corpo? (DE OLIVEIRA & NIKODIMOV, 2004, P.16)

Como vemos, desse ponto de vista a discussão assegura alguns indicadores de resposta. Primeiro, tal atitude consiste em excluir os animais dessa reivindicação, baseando-se no critério da razão e da “personalidade moral”. Pelo fato de aos animais não poder se atribuir uma “personalidade moral”, a apropriação de seus corpos por parte da pesquisa médica ou de outros usos seria, conseqüentemente, legítima. Segundo, erigir um direito dos animais para recusar a apropriação de seus corpos com fins de consumo ou experimentações médicas. Terceira, a evidência de um preconceito a considerar os animais como coisas ou uma raça inferior, justificando sua apropriação. Não podendo tomar a palavra em causa própria, assegura-se a violação de sua integridade corporal e presença de sofrimento, excluindo-os da esfera dos seres por não serem considerados seres humanos? Como vemos, esse corpo

vulnerável às intervenções médicas inclui uma reflexão que coloca em jogo a definição de humano e formação dos critérios a partir dos quais se pode decidir sobre o *status* da categoria de seres vivos quanto à reivindicação de um direito à disposição ou proteção de seus corpos. Portanto, a concepção que temos de nosso corpo, a partir de corpos outros, pode constituir o ponto de partida de uma luta individual pelo respeito à integridade física e de proteção de nossos corpos, como nos colocam os autores de *A qui appartient le corps humain?*:

A visão individual do corpo tende a fazer da autonomia um princípio fundador: o indivíduo é mestre de sua vida e de suas decisões e devemos lhe reconhecer o direito de dispor livremente do que lhe pertence de verdade, do que coloca em relevância a esfera privada de sua existência. Assim, recusou-se toda nossa vontade em decidir sobre o que pode ser feito de nosso corpo, pois ela emana de uma instância médica, política ou religiosa. (DE OLIVEIRA & NIKODIMOV, 2004, p.61)

3. Construindo verdades na revista

Quais seriam, então, os processos discursivos que envolvem tais procedimentos de controle do saber acerca do corpo? Trago, assim, nesse momento, o fio dessa malha discursiva, em uma reportagem da revista *Superinteressante* no mês de julho de 2001 que divide homens e animais em imagens de sacrifício e subjugação, como o uso de animais em laboratórios, apontando para uma ação científica que coordena os agentes da política do corpo no papel desempenhado pela medicina. Antes de entrarmos no texto da reportagem propriamente dito, quero discutir a chamada que o anuncia, na página *Reportagens*. Atentemos à chamada, que é seguida pela imagem de um macaco cujo pescoço está preso a um estrangulador:

Pesquisa ou tortura?

Os cientistas estripam, envenenam e sacrificam animais em laboratório e afirmam que isso é indispensável para a ciência. Será verdade? (*Superinteressante*, junho 2001, p. 80)

A alternativa proposta pelo redator no título da chamada, “Pesquisa ou tortura?”, desloca-se para a escolha de um questionamento sobre a posição do cientista em relação ao tratamento dado aos animais em laboratório com a provocativa pergunta: *Será verdade?* Atuando como especulador das autoridades médicas institucionais, autua o leitor e o engaja no pensamento da discussão. Cria-se, assim, a incitação a um jogo que vale a pena na medida em que não se sabe como vai terminar, pois buscamos compreender quais são as *ligações perigosas* que temos com a verdade por meio do conhecimento científico. Esses ‘jogos de verdade’ merecem uma aposta de nossa parte, uma vez que somos, neles, ao mesmo tempo sujeito e objeto. “Será verdade?” parece não somente nos perguntar sobre uma possível arbitrariedade das instituições, mas também mostrar um espaço de liberdade a respeito da realização e necessidade dessa prática. Dessa maneira, o ponto mais importante é o da análise das mudanças, não no tocante as suas causas materiais, mas aos fatores que interagem nesse jogo, pontuando as reações dos sujeitos dos leitores. Ler dessa maneira seria acreditar na liberdade que o sujeito experimenta.

Um sujeito livre para enunciar seus sonhos. Mas, quero frisar o fato que torna uma frase, uma proposição ou um ato de linguagem em um enunciado. Segundo Gregolin (2004, p. 26) “é justamente a *função enunciativa*: o fato de ele ser produzido por um sujeito, em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e que possibilitam que ele seja enunciado”. Isso faz com que o

enunciado em questão, por exemplo, *Pesquisa ou tortura?*, faça eclodir um conjunto de signos em função enunciativa, permitindo ferver os êxtases dessa relação tão singular. Por isso,

há uma relação muito especial entre o enunciado e o que ele enuncia, que faz com que se precise saber a que se refere o enunciado e qual é seu espaço de correlações, indo além da lógica semântica ou gramatical, sustentando uma relação que envolve os sujeitos, que passa pela história e que revolve a própria materialidade do enunciado (GREGOLIN, 2004, pp.26-7)

Assim, *pesquisa e tortura* podem trocar alianças nesse momento dado de nossa história. A verdade que pode advir por meio da pesquisa como forma de saber construído e datável historicamente vincula-se ao suplício da dramaticidade clínica, tornando-a um aparelho de curar, que uma vez tendo determinado o seu objeto de anomalia, submete-os ao jogo imposto pelo conhecimento da realidade, visando a confissões das verdades que tocam o sofrimento e a submissão. Portanto, a imagem do macaco preso pelo estrangulador nos dá a ver o estatuto de um cuidado a todo fôlego e à carne viva, isto é, o poder de um homem sobre outro. Nesse sentido, esse tipo de tortura não será reconhecido como remédio, mas “como um inconveniente necessário; ela será recebida como injustiça, arbitrariedade, frustração das necessidades fundamentais; é preciso que ela seja percebida como a fronteira do poder, sem outra justificativa” (FOUCAULT, 2001a). Para Foucault, portanto, essas relações se passam como um ritual dos suplícios e dos procedimentos da verdade.

Dessa maneira, a clínica se torna uma fábrica de doentes, que é aceita pelos sujeitos, pois acreditam-na necessária para cumprir o papel de curandeiro de todos seus males. Desejo que fique claro que o gesto que provoca a dor,

o sofrimento e o suplício é um ato de submissão e exercício de poder no que concerne à solução da vida por meio da “cura”, porém, esse gesto só é possível na medida em que, do outro lado da corda, exista uma população que acredite precisar ser curada, duas relações de força, que se alternam em submissão e liberdade. Ambas inserem-se na moral de sua época, cada qual se apropria dela de maneira diferente. Portanto, do lado da clínica se produzirá doentes ao interesse do poder, como o fez a prisão em relação aos criminosos, e os manicômios com seus alienados e loucos.

Foucault nos alerta para o fato contraditório de o sistema capitalista pretender lutar contra os praticantes que alimentam suas instituições, mas que ao mesmo tempo se torna um sujeito útil para o sistema, submetido a uma pressão econômica e política, seja ele um presidiário, um louco ou um doente. Esse tipo de disciplina, portanto, constituirá os sistemas de vigilância contínua e hierarquizada, colocando a disciplina ao lado de uma das maiores e mais importantes descobertas da tecnologia política da vida.

3.1. Verdade, história e ficção

Será verdade? A história nos falará da investigação dessas pistas e de seus suspeitos... uma verdade que se dá a ver no deslocamento das brechas ou fissuras da realidade, por meio da qual podemos ainda perceber uma outra realidade, “otro orden de cosas, una serie de meyes que no son menos rigurosas de las que rigen en lo que llamamos el mundo real⁴” e suas verdades. Interdiscursivamente, o conto *Bestiário*, de Julio Cortazar, em livro homônimo, traz um

⁴ Entrevista por Omar Prego Gadea com Julio Cortazar Los cuentos: un juego mágico, disponível em http://www.geocities.com/juliocortazar_arg/prego.htm#xx, acesso em 06/03/06

aporte em imagens e idéias que me auxiliam na compreensão sobre a fala dessa verdade dos nossos tempos, talvez mesmo uma realidade surpreendentemente fantástica, considerando mesmo as nossas tangíveis relações com a realidade. Em seu conto, Isabel, que é enviada por sua família para passar as férias com os Funes, vive a experiência da observação e da fantástica naturalidade de um tigre sempre à espreita, controlando seus movimentos na casa. Porém, tanto a naturalização da presença do tigre na casa quanto a tragédia do conto somente se produzem com as modulações de Isabel, que viola as regras da casa, seus pactos tácitos, transgredindo-os. O mais surpreendente é ver como se dá, por meio dos fios que tecem a história da constituição do sujeito, em passos felinos intimistas, uma verdade que não se coloca como definitiva. Assim, essa verdade do sujeito se constitui no interior mesmo da história, e é a cada instante fundada e refundada por ela, idéias discutias por Foucault (2002, p.10) em seu texto *A verdade e as formas jurídicas*.

Nesse cruzamento entre história e verdade, podemos ver que o que é tomado como verdade se forma a partir de uma multitude de lugares, formando-a por meio de um certo número de regras definidas, “regras de jogo a partir das quais vemos nascer certas formas de subjetividade, certos domínios de objeto, certos tipos de saber” (FOUCAULT. 2002, p.11) – e, conseqüentemente, fazendo uma história externa, exterior da verdade. Isso fará com que nossos olhos procurem relações a longas distâncias, lugar onde o discurso se apresentará como uma desordem, paradoxalmente precedendo e constringendo regras fixas para os fatos do discurso. Foucault explicita sua vontade de ficção:

Parece-me que há a possibilidade de fazer trabalhar a ficção com a verdade, de induzir efeitos de verdade com um discurso de ficção, e fazê-lo de maneira com que o discurso da verdade suscite, fabrique algo que não existe

ainda, então ‘ficcional’’. ‘Ficcional-se’ a história a partir de uma realidade política que a torna verdade, ‘ficcional-se’ uma política que não existe ainda a partir de uma verdade histórica. (FOUCAULT, 2001b, p.236)

Supreendentemente, como nos diz Foucault a respeito de Nietzsche, o conhecimento é inventado, pois é simplesmente o resultado de um jogo de afrontamentos, de embates e lutas de compromisso entre os instintos, produzindo *este algo* que é o conhecimento. Portanto, o conhecimento que produz as verdades é uma invenção e não tem origem que, segundo Nietzsche, não está ligado à natureza humana⁵. Analogamente à verdade que parece se produzir no fantástico ainda reflete, segundo as palavras de Cortázar, “suficientemente la inversión de valores, la polarización de valores, que tiene para mí lo fantástico y, quisiera decirles además, que esta noción de lo fantástico no se da solamente en la literatura, sino que se proyecta de una manera perfectamente natural en mi vida propia.”⁶

E Nietzsche, recitando Foucault, afirma que não há conhecimento em si, pois o conhecimento é sempre uma relação estratégica na qual o homem se encontra situado. Assim, só há conhecimento sob a forma de um certo número de atos ao mesmo tempo diferentes e múltiplos entre si em sua essência, que quando em poder dos seres humanos violentam um certo número de coisas, reagindo a situações e

⁵ Em sua genealogia da moral, “Nietzsche se refere a essa espécie de grande fábrica, de grande usina, em que se produz o ideal. O ideal não tem origem. Ele também foi inventado, fabricado por uma série de mecanismos, de pequenos mecanismos”. In Cf. FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002, p. 15

⁶ Cf. El sentimiento de lo Fantastico, Conferência dada por Julio Cortázar en la U.C.A.B) disponível em <http://www.julio cortazar.com.ar/cuentos/confel.htm>, acessado em 06/03/05.

impondo-lhes força. Um sentimento que, a meu ver, vem junto com as experiências e as sensibilidades que se depreendem do fantástico, no que ele tem de mais cotidiano à vida, ao andar de ônibus, tomar banho, ler, assistir tv, pensar no seu amado que não chegou.

Tais apontamentos assinalam que “cada sociedade tem seu regime de verdade” (FOUCAULT, 1985, p.12), suas políticas de verdade, quero dizer, discurso que ela incorpora e que coloca para funcionar como verdadeiros, em seus mecanismos e instâncias que permitem a distinção de enunciados verdadeiros dos falsos, sancionando uns, aprovando outros, por meio do *status* daqueles que tem a voz de autoridade para fazer este regime funcionar como verdadeiro. Desejo, dessa maneira, estabelecer aqui, trazendo a voz de Cortázar, um laço estreito entre instinto e conhecimento, não como uma continuidade, mas como uma relação de luta, de dominação e subserviência, quando o conhecimento passa a ser uma violência, de dominação de poder, de força e de violação. Essas posições constituem nossas verdades de hoje, como o sentimento de estranhamento causado pela intrusão de Isabel no cotidiano dos Funes, ou a intervenção dos clínicos em nossos corpos fantasiados de animais, bichos-homens sob a égide de homens-bichos, uma escola da inclusão das diversidades que constroem o nosso saber sobre o mundo.

4. Retomar e partir

Posto o percurso discursivo que percorri, acredito que pudemos nos defrontar com as maneiras de falar e de ver que se referem a um conjunto de práticas que servem de suporte à medicina, que não poderá ser encarada simplesmente como novas descobertas, mas vista como as leis do outro imprime verdade às proposições que são formuladas dentro do regimento dessa produção científica.

Vale retomar que a prática da medicina está ligada a uma série de instituições, de exigências imediatas e de urgências políticas de regulamentações sociais, estabelecendo um entrelaçamento entre poder e saber. Isto acarreta um novo ‘regime’ no discurso e saber médicos que coloca em questão o que *rege* os enunciados e a maneira como eles *se regem* entre si, a fim de constituir um conjunto de proposições que são aceitáveis cientificamente.

A revista *Superinteressante* parece formular regras de direito, que delimitam formalmente não somente um exercício de poder, mas também efeitos de verdade conduzidos por esse poder e, conseqüentemente, voltando-se a ele próprio. Mas, qual é esse tipo de poder capaz de produzir discursos de verdade como estes veiculados na mídia em nossa sociedade com efeitos tão poderosamente tocantes? A mídia proporciona um funcionamento e produção de discursos por meio da acumulação e circulação de discursos verdadeiros para sua época. Dessa forma, a mídia exercendo o seu poder na veiculação de discursos de verdade, faz esse poder funcionar nele, a partir e através dele.

Esses elementos colocam, portanto, o corpo no centro dos questionamentos, dando-nos a possibilidade de pensar sobre o nosso papel no mundo, analisar nossas formas de conduta e comportamentos, olhando-os a partir de esferas que nos compõem não como mero indivíduos, mas sujeitos, que ocupam posições diferentes em momentos dados, criando verdades para a história do nosso pensar e agir. Entretanto, não poderia dar um efeito de fim antes de falar de um certo desencantamento que parece, aos meus olhos, se construir a partir dos rabiscos que dão o contorno de nossas silhuetas históricas. Por isso, ao encerrar gostaria de deixar em aberto mais uma de tantas outras brechas que esse meu percurso apresenta, propositadamente inconcluso: resistência adolescente talvez a conclusões que forçosamente

deveríamos apresentar. Finalizo, então, com o corpo do discurso de Túlio Henrique, poeta goiano, que parece opacizar o discurso sobre a produção dos saberes, trazendo à tona certas relações aqui discutidas entre construção de verdades e o nosso cotidiano, não menos clínico, nem mais humano, que marcam a vida infame de sujeitos tomados cientificamente:

*Toda vez que minto
constroem verdades
E quando despido encanto
as longâmines vidas te vestem
Porque na rua onde moro
ninguém conhece filosofia
Fofocam*

Referências bibliográficas

- COURTINE, Jean-Jacques. **The body**. New York: Columbia University Press, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir**: Naissance de la prison. Paris: Gallimard, 1975.
- _____. Verdade e Poder. In: **Microfísica do poder** (organização e tradução de Roberto Machado) Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª edição, 1985.
- _____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Edições Graal: Rio de Janeiro, 1993.
- _____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2002.
- _____. Le supplice de la vérité. In: **Dits et Ecrits I**, 1954-1975. Paris: Quarto-Gallimard, 2001a.
- _____. Les rapports de pouvoir passent à l'intérieur des corps. In: **Dits et Ecrits**, 1976-1988. Paris: Quarto-Gallimard, 2001b.
- DE OLIVEIRA, Claire Crignon & NIKODIMOV, Maire Gaille. **A qui appartient le corps humain ?** Médecine, politique et droit. Paris: Les Belles Lettres, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O enunciado e o arquivo : Foucault (entre)vistas. Maria do Rosário V. Gregolin. In : SARGENTINE, Vanice & NAVARRO-BARBOSA, Pedro (org.). **M. Foucault e os domínios da linguagem : discurso, poder subjetividades**. São Carlos: Claraluz, 2004.

Superinteressante, Yoga. São Paulo: Abril Cultural, junho 2001.